

**PROCESSO** - A. I. Nº 09379193/05  
**RECORRENTE** - ADRIANA SOUZA DAS MERCES (FARMÁCIA MERCÊS)  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - RECURSO VOLUNTÁRIO –Acórdão 3ª JJF nº 0198-03/06  
**ORIGEM** - INFAZ SERRINHA  
**INTERNET** - 03/01/2007

## **2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL**

### **ACÓRDÃO CJF Nº 0535-12/06**

**EMENTA:** ICMS. EXTINÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. PAGAMENTO INTEGRAL DO DÉBITO. Nos termos do artigo 156, inciso I, do CTN, extingue-se o crédito tributário com o pagamento total do débito pelo sujeito passivo, ficando, conseqüentemente, também extinto o processo administrativo fiscal, em conformidade com o disposto no inciso IV do artigo 122 do RPAF/99. Recurso **PREJUDICADO**. Decisão unânime.

## **RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso Voluntário tempestivamente interposto em face de Decisão pertinente no Acórdão nº 0198-03/06 que julgou Procedente o Auto de Infração, para condenar o apelante ao pagamento de ICMS no importe de R\$3.872,10 acrescido da multa de 100%.

Acusa o Auto de infração estocagem de mercadorias desacompanhadas de documentação fiscal, identificada através de levantamento físico de estoque efetuado em 10/11/05, conforme Termo de Apreensão de Mercadorias e Documentos nº 2328458105 à fl. 02.

Instado o contribuinte, não promoveu o pagamento do auto, nem aviou impugnação, tendo sido lavrado termo de revelia em 12/01/06. Intimado pela Comissão de Leilão para a entrega das mercadorias em seu poder, informou acerca da defesa protocolizada sob nº 223442/005-9, em 19/12/05, requerendo a sua juntada neste átimo procedimental.

Insurge-se contra a autuação no que respeita aos produtos Capox e Sodix, adquiridos regularmente da Central Farma Comercial Ltda, conforme Nota Fiscal de nº 11167 de 11/10/05.

Ressalta que a ação fiscal foca as mercadorias cujo número de lote não se faz constar na referida nota fiscal, não tendo sido acatada pela fiscalização a carta de correção que retifica o código fiscal de operação, a quantidade e a correção do Lote, a teor do art. 201, § 6º do RICMS/BA.

Aduz que o produto Capox 25 mg, Lote 1107 tem como base de cálculo apurado pela fiscalização o PMC igual a R\$44,73 e que o PMC correto é de R\$12,23, conforme tabela de preços e que o valor da diferença apurado como se devido fosse é igual a R\$14.332,50.

Aventa, ao final, tratar-se, no máximo, a descumprimento de obrigação acessória, uma vez que as mercadorias estão enquadradas no regime de substituição tributária, nos termos do art. 915, XI do RICMS/BA.

Certifica que procedeu a contagem física do estoque, tendo o contribuinte entregue a documentação fiscal correspondente acompanhada de uma carta de correção das Nota Fiscal nº 11167 de 11/10/05 emitida posteriormente à data da contagem dos estoque. Entendeu não merecer crédito dita carta, pois afronta a legislação tributária.

Por derradeiro, entende impertinente a aplicação da multa prevista no art. 915, XI do RICMS/BA, como requerido.

A JJF mantém a autuação, certificando a comprovação nos autos da ausência de correspondência entre os lotes das mercadorias encontradas em estoque do estabelecimento autuado e àquelas mercadorias consignadas na nota fiscal apresentada. Concluiu que a notas fiscais cobre outras mercadorias, impondo a tributação sobre os produtos Sodix 610105 e Capox 1107.

Ratifica a inteligência esposada pelo exator para infirmar a carta de correção, máxime pela flagrante intempestividade e pretensão de alterar o cálculo do imposto.

Confirma ainda a base de cálculo adotada pela fiscalização, na forma do demonstrativo de fl. 7.

Pela ausência de comprovação do pagamento anterior a ação fiscal do ICMS incidente sobre as mercadorias desacompanhadas de nota fiscal, entendeu o *'a quo'* descabida a cobrança de multa de 1% prevista no art. 915, XI do RICMS.

Aviou o contribuinte o apelo empresarial de fl. 154, pugnando pela reforma parcial do acórdão.

Insurge-se contra a base de cálculo adotada pela fiscalização para o Capox 25 mg de 30 comprimidos. Entende correta incidência sobre R\$ 12,23, conforme “Guia da Farmácia”, trazido a colação, e não R\$ 44,73, o que rende ensejo a uma majoração espúria na ordem de R\$ 14.332,50.

Refuta ainda a multa aplicada no patamar de 100% ante a ausência de dolo ou má-fé, alvejando também o não acatamento da carta de correção.

Instada a Douta Procuradoria, dignamente representada pelo Dr. José Augusto Martins Júnior, às fls. 158/159, recomenda a procedência parcial da autuação.

Mantém o repúdio à carta de correção, *'ex vi'* do art. 201, parágrafo 6º, do RICMS, chancelando, contudo o entendimento empresarial pelo qual o preço estimado na tabela de fl. 07, sugerido pelo fabricante PMC para o Capox 25 mg, caixa com 30 comprimidos, apresenta-se incorreto, passando a adotar a base de cálculo estipulada no documento de fl. 155.

Às fls. 166/167, foram juntados aos autos os comprovantes de recolhimento da autuação.

#### VOTO

Da análise das peças processuais, contato que o recorrente reconheceu como devido o valor que remanesce após a Decisão de Primeira Instância, tendo efetuado o recolhimento do valor correspondente conforme notícia os docs. de fls. 166/167.

Ao reconhecer o débito remanescente e efetuar o respectivo pagamento, o recorrente desistiu do Recurso Voluntário apresentado, tornando-o ineficaz, conforme previsto pelo artigo 122, inciso IV, do RPAF/99. Em consequência, fica extinto o processo administrativo fiscal, nos termos do artigo 156, inciso I, do CTN e fica prejudicado o Recurso Voluntário interposto.

Pelo acima exposto, julgar PREJUDICADO o presente Recurso Voluntário e, por conseguinte, EXTINTO o processo administrativo fiscal, devendo o processo ser remetido à repartição fiscal de origem para fim de homologação do pagamento e, posterior, arquivamento.

#### RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, considerar **PREJUDICADO** o Recurso Voluntário apresentado e declarar **EXTINTO** o Processo Administrativo Fiscal relativo ao Auto de Infração nº 09379193/05, lavrado contra **ADRIANA SOUZA DAS MERCÊS (FARMÁCIA MERCÊS)**, devendo o processo ser remetido à repartição fiscal de origem para fim de homologação do pagamento e, posterior, arquivamento.

Sala das Sessões do CONSEF, 11 de dezembro de 2006.

TOLSTOI SEARA NOLASCO – PRESIDENTE

BENTO LUIZ FREIRE VILLA-NOVA – RELATOR

JOSÉ AUGUSTO MARTINS JÚNIOR – REPR. PGE/PROFIS